

LAVA JATO Policia Federal avalia que fraudes em contratos envolvendo rodovias federais no PR somam R\$ 63 milhões

Operação 'Integração' atinge o PSDB e governo do Paraná

MARCO ANTONIO JR A TARDE SP

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a 48ª fase da Operação Lava Jato, batizada de Integração. Seis empresas foram presas temporariamente, incluindo o diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), Nelson Leal, ligado ao governador do estado Beto Richa (PSDB-PR).

A ação investiga fraudes em contratos envolvendo rodovias federais no Estado do Paraná. No total, a PF apre-

soume um desvio de R\$ 63 milhões. De acordo com o MPF, Assad e Taclá Duran fizeram operações financeiras ilícitas para empresas do Grupo Triunfo.

Também são cumpridos 55 mandados de busca e apreensão autorizados pelo juiz Sérgio Moro em três outros estados. Buscas foram feitas no Palácio Iguaçu, sede do Governo do Paraná, dentro do gabinete do jornalista Carlos Nasser, que atua na agenda de Richa dentro da Casa Civil. As ações, com o apoio do MPF e da Receita Federal, ocorrer-

am nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná.

Além disso, outros mandados de busca e apreensão foram cumpridos na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) e na Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). A Lava Jato aponta que os alvos principais são servidores públicos e empresas investigadas por corrupção, lavagem de dinheiro, associação criminosa e peculato.

Na decisão, Moro afirmou

que há "provas de crimes de corrupção, de lavagem de dinheiro e de associação criminosa". E aponta a existência "fundada suspeita de que o grupo empresarial teria utilizado uma rede de empresas de fachada para simular despesas contábeis e para realizar pagamentos em favor próprio ou de seus familiares".

O procurador do Ministério Público Federal (MPF), Carlos Fernando dos Santos Lima, fez uma declaração relacionada à Operação Integração, dizendo que ela mostra as "reais causas" do usuário

Marcelo Camargo/Agência Brasil/17.05.2015



Moro autorizou 55 mandados de busca e apreensão em mais 3 estados

Operação envolve auxílios próximos ao governador Beto Richa (PSDB)

bera de uma verdadeira rede de empresas de fachada com a participação de agentes públicos e outros operadores financeiros em ilícitos criminais cometidos em favor da concessionária Econorte, do Grupo Triunfo.

Um laudo técnico, que usou como parâmetro a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), da Caixa Econômica Federal, mostrou que o sobrepreço de itens da planilha chegou a 89% em relação ao valor de mercado.

pagar preços tão elevados pelo serviço público e que a privatização não leva, necessariamente, ao fim da corrupção.

Diogo Proctor de Mattos, o procurador do MPF suspeito que esse esquema se reproduza em outros estados. "A tarifa é extremamente alta e boa parte é desviada para propósito que não o interesse público", critica.

O caso Segundo o MPF, investigações realizadas em Jacareizinho (PR) levaram a desco-

Impunidade no forno



Eliane Cantanhêde Jornalista

Como o Congresso fracassou e teve de recuar em suas tentativas de "desmontar a sanfona" da Lava Jato, esse papel pode ser exercido, nada mais, nada menos, pelo Supremo Tribunal Federal. Basta o plenário tomar duas decisões: restringir o foro privilegiado dos políticos com mandato e acabar com a prisão após condenação em segunda instância.

Essas duas decisões, sozinhos, significam que muitos criminosos de colarinho branco já presos serão soltos e muitos dos que estão na bica para ser presos já não

serão mais. Uma equação perfeita cujo resultado tem nome: impunidade.

Como funciona? Assim: 1) o Supremo formaliza o fim do foro privilegiado e a punição dos políticos para a primeira instância, em seus reatos eleitorais; 2) o processo praticamente reconhece o fim da impunidade nos atos do acusado ser julgado e condenado pelo juiz e depois pelo TRF; 3) e, com a revisão simultânea da prisão em segunda instância, pelo próprio Supremo, não acontece nada com o réu. Ele vai continuar entrando com recurso atrás de recurso, livre, leve e solto.

Isso tudo com um efeito colateral bastante forte na Lava Jato ou em qualquer investigação, em qualquer tempo, sobre corrupção, lavagem de dinheiro e orga-

nização criminosa. Sabem qual? O fim, objetivamente, das delações premiadas que foram fundamentais para desvendar esquemas complexos como o do saque na nossa Petrobras. Qual envolvimento vai fazer delação, sabendo que não corre o risco iminente de prisão?

O fim da prisão após a segunda instância beneficia diretamente o ex-presidente Lula. O fim (ou revisão) do foro privilegiado interessa a todos os políticos com mandato e investigados pelo Supremo. As duas coisas, sozinhos, dizem respeito a todos eles. Logo, já há especialistas fazendo a seguinte conexão: os antipetistas salvam a cabeça de Lula para salvar todos os aliados; os petistas salvam todos os adversários para salvar a cabeça de Lula. Um "acordão"

ou, numa linguagem mais polida, uma "convergência" das forças políticas e dos grandes partidos.

Podê até ser, mas não parece uma coincidência o movimento dos ministros Edson Fachin e Dias Toffoli. Fachin, relator da Lava Jato, delegou ao plenário o pedido de Habeas Corpus preventivo para Lula não ser preso, criando condições para a revisão de

Os processos dos poderosos vão rolar, rolar e rolar, de recurso em recurso...

prisão após segunda instância. Ato contínuo, Toffoli anunciou que está pronto para julgar a revisão do foro privilegiado, já virtualmente definida, por 7 dos 11 ministros, mas nunca proclamada porque Toffoli pediu vista mesmo após formada a maioria do plenário.

Uma peça chave o ministro Gilmar Mendes, que reúne duas condições curiosas: a de principal anti-Lula do Supremo, mas pronto a pedir seu voto e salvar o petista da prisão. Gilmar não tem proximidade com Fachin, mas Toffoli foi advogado do PT, indicado por Lula para o STF e tem bom diálogo com Gilmar e com Fachin.

Especialistas estranham detalhes fora da praça quando Fachin despachou o HC de Lula para o plenário:

a rapidez (recebeu, despachou). Não esperou a análise do Superior Tribunal de Justiça (STJ); não pediu informações para os juizes do caso; não solicitou parecer da Procuradoria-Geral da República (que se manifestou apesar disso).

No mesmo embalo, Fachin liberou o pedido do plenário também dos outros pedidos de HC para os quais tinha pedido vista no ano passado na segunda turma. Sou assim: não estou privilegiando o HC de Lula...

Diferentemente da revisão da prisão em segunda instância, o fim do foro privilegiado é bem popular. Mas aos dois, juntos, significam que os processos dos poderosos vão rolar, rolar e rolar, de recurso em recurso, e acabar justamente no Supremo. Já que 20 anos depois...

PUBLICAÇÃO DE EDITAL PREÇO ELETRÔNICO Nº 3089522/2018. PREGÃO Nº 0012/SEI/2018. REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de gêneros alimentícios (alcoólicos, barra de cereal e sucos em caixa).

Salvador, 23/02/2018. Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO DE EDITAL SINDICATO DAS BAHIAS SINDICAL EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO NO ESTADO DA BAHIA - SINPRO/BA.

Salvador, 23/02/2018. Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO DE EDITAIS PREÇO ELETRÔNICO Nº 3089522/2018. PREGÃO Nº 0017/SEI/2018. AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS MANEJAMENTO, CANTIMERE ETC E SUAS ANEXAS.

Salvador, 23/02/2018. Comissão Especial de Licitação

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA - SINPRO/BA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO NO ESTADO DA BAHIA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2018 - 1ª (primeira) publicação.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE ILHEUS EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINO CNPJ Nº 13.769.021/0001-18 AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO CHAMADA PÚBLICA 01/18. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar para o PNAE. Dia: 17/03/18 a partir das 9h.

EDITAL DE CONVOCACÃO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas do Estado de Santa Catarina - SIN-DOARRS.

EDITAL DE CONVOCACÃO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Inter Municipais de Cargas de Salvador - SINDUCAR.

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO SUL DA BAHIA EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2018.

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO SUL DA BAHIA EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2018.

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO SUL DA BAHIA ENTIDADE SINDICAL DO CNPJ sob o nº. 06.307.319/0001-40, com sede na Rua Orlando Cruz, nº 40 - Faculdade de Tecnologia e Ciências, localizada à Praça José Bastos, 55 - Ilhéus/BA, CEP: 45.650-020.

EDITAL DE CONVOCACÃO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas do Estado da Bahia - SINDO-CARBAIS.

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO SUL DA BAHIA EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2018.